

## PARCERIA GLOBAL PARA O DESENVOLVIMENTO

### Fortalecer uma parceria global para o desenvolvimento

Todos os Estados membros da ONU subscreveram em 2000 a Declaração do Milénio, prometendo apoiar uma “parceria global para o desenvolvimento” para atingir os Objetivos do Milénio (ODM) até 2015. Os países pobres concordaram em implementar políticas com vista a alcançar os ODM e ainda a melhorar a sua própria governação, transparência e prestação de contas. Em troca, os países ricos concordaram em apoiar os países em desenvolvimento no esforço de atingirem os ODM, reestruturando a ajuda, a dívida e as políticas comerciais.

A Ajuda Pública para o Desenvolvimento (APD) fornece aos países em desenvolvimento os recursos adicionais necessários para investir nas reformas humanas, sociais e físicas que são cruciais para o desenvolvimento sustentável e para a realização dos ODM. Tanto os países desenvolvidos como os países em desenvolvimento querem que a APD seja um apoio temporário que impulse o desenvolvimento e tenha como objetivo último permitir que os países pobres se desenvolvam e autonomizem.

Embora o comércio não seja uma panaceia para os problemas dos países pobres, caso as políticas comerciais abordassem a situação especial e os obstáculos com que se deparam os países em desenvolvimento na economia global, poderiam ter um impacto positivo no desenvolvimento e nos ODM. Dado que 70% da população dos países pobres depende da agricultura para a sua subsistência, as práticas comerciais injustas têm um impacto desproporcionado nas pessoas mais pobres.

### Situação atual

A Ajuda Pública para o Desenvolvimento (APD) está a diminuir, tendo passado de 107,1 mil milhões de dólares em 2005, para 104.4 mil milhões de dólares em 2006 e 103.7 mil milhões em 2007. Excluindo as reduções à dívida, o valor líquido da APD aumentou 2.4%. A APD total permanece muito abaixo do objetivo de 0.7% do Rendimento Nacional Bruto (RNB): desceu para 0.28% do RNB em 2007 para o conjunto dos países desenvolvidos (Portugal 0,19%).

O comércio internacional apresenta barreiras que diminuem a capacidade de os países pobres partilharem os benefícios da globalização. As promessas continuarão por cumprir enquanto os países ricos não eliminarem as suas práticas comerciais injustas que distorcem os termos do comércio e dificultam o acesso dos países pobres aos mercados internacionais, tais como: os subsídios agrícolas que distorcem as condições de concorrência, as quotas de importação e o dumping.

A crise mundial dos alimentos é, em parte, resultado dos subsídios agrícolas domésticos e da proteção aduaneira aplicada pelos países desenvolvidos, o que por muitos anos desencorajou a produção agrícola nos países em desenvolvimento. O apoio dado pelos países desenvolvidos ao seu próprio setor agrícola cresceu cerca de 65 mil milhões de dólares entre 2000 e 2004, antes de ser cortada em cerca de 16 mil milhões de dólares em 2006. Todavia, com 372 mil milhões de dólares, estes gastos permanecem três vezes mais altos que a APD concedida aos países em desenvolvimento.

### O que falta fazer

**É necessário um aumento anual de APD** no montante de 18 mil milhões de dólares para cumprir a promessa, feita pelo G8 em 2005, de duplicar a ajuda mundial até 2010, concedendo mais 50 mil milhões de dólares por ano (dos quais 25 milhões se destinariam a África). Outros compromissos pendentes: o objetivo de 0,7% do Rendimento Nacional Bruto (RNB) para APD (sendo que 0,15% a 0,2 % desse RNB seria para APD a Países Menos Avançados) e, em geral, a implementação da Declaração de Paris (2005), no sentido de aumentar a qualidade, a eficácia, a previsibilidade e a coerência da APD.

**Para além de aumentar a APD, é preciso melhorar a sua qualidade.** Há demasiada APD condicionada, i.e., os beneficiários têm de adquirir produtos aos países doadores, como contrapartida pela APD recebida. Os E.U.A. são os maiores distribuidores de Ajuda condicionada – 70% da sua APD – e os principais países beneficiários são mais os aliados da sua política externa do que os países mais necessitados.

No plano do comércio internacional, é urgente formular medidas e ações com vista a concluir a ronda de negociações comerciais de Doha, a fim de **reduzir as atuais distorções das trocas comerciais e substituí-las por mecanismos mais equitativos**. Os países ricos devem acabar com os subsídios que distorcem as regras do comércio e melhorar o acesso dos países pobres aos mercados internacionais.

NOTA: ( Fonte : “objetivos 2015”)

